

# Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

Serviço Militar

## Resumo

---

### Situações Controvertidas acerca do Serviço Militar

#### 1. Apresentação anual

Prevista no art. 473, VI/CLT:

*Art. 473 - O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (...)*

*VI - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do art. 65 da Lei nº 4.375 O art. 65 da Lei do Serviço Militar dispõe que:  
, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar).*

*Art 65. Constituem deveres do Reservista: (...)*

*c) apresentar-se, anualmente, no local e data que forem fixados, para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônia cívica do Dia do Reservista;*

Neste caso, configura-se hipótese de interrupção do contrato de trabalho e o empregado receberá como se trabalhando estivesse.

#### 2. Convocação Extraordinária para manobras ou exercício

Prevista no art. 61 da Lei 4.375/64:

*Art 61. Os brasileiros, quando incorporados por motivo de convocação para manobras, exercícios, manutenção da ordem interna ou guerra, terão assegurado o retorno ao cargo, função ou emprego que exerciam ao serem convocados e garantido o direito à percepção de 2/3 (dois terços) da respectiva remuneração, durante o tempo em que permanecerem incorporados; vencerão pelo Exército, Marinha ou Aeronáutica apenas as gratificações regulamentares.*

O comparecimento é obrigatório e o convocado poderá, nos termos do art. 61§1º, optar entre as remunerações:

*§ 1º Aos convocados fica assegurado o direito de optar pelos vencimentos, salários ou remuneração que mais lhes convenham.*

Caso opte pela remuneração por soldo, haverá suspensão. Se optar por receber integralmente o salário, será hipótese de interrupção. O contrato não será extinto e encerrada a convocação, o empregado terá direito ao retorno ao cargo ou função anteriormente exercido.

#### 3. Serviço Militar Obrigatório

---

Previsto no art. 472 da CLT:

*Art. 472 - O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.*

Caso seja convocado, não haverá alteração ou extinção do contrato de trabalho. Quando encerrado o serviço militar obrigatório, o empregado terá direito a retornar ao serviço nas mesmas condições anteriores. Deverá, contudo, a contar da baixa do serviço militar, notificar o empregador, no prazo máximo de 30 dias (através de telegrama ou carta registrada), informando sua intenção de retornar ao trabalho.

A doutrina entende que nessa hipótese, há suspensão atípica, uma vez que o empregado receberá o soldo, mas terá direito ao FGTS.